

Sustentabilidade da biodiversidade florestal da Amazônia: um desafio complexo de construção da democracia participativa*.

Paula Yone Stroh**

Resumo

Desenvolvimento sustentável e floresta amazônica compõem um binômio interdependente e inseparável. Pretende-se apresentar uma reflexão de que a floresta tropical conforma um sistema complexo representado por uma realidade multidimensional, organizada segundo razões econômicas, políticas, culturais, históricas, mitológicas antagônicas concorrentes e complementares entre si e com o sistema que as organiza. A geopolítica referente à floresta é animada segundo dinâmicas, organizadora das dialógicas entre o pluralismo de razões, expressa pelo pluralismo de atores sociais supranacionais, nacionais, regionais e locais presentes nos acontecimentos em que a sustentabilidade se coloca como problema. A sustentabilidade da floresta amazônica corresponde a uma construção social, cuja *práxis* se organiza entre atores sociais que expressam interesses e lógicas sociais antagônicas e concorrentes, e que definem os acontecimentos mais ou menos favoráveis à (in)sustentabilidade da floresta. A construção da capacidade nacional-Estado e sociedade- de exercer a soberania na gestão da sustentabilidade da floresta amazônica, corresponde a um desafio intelectual de compreensão estratégica das lógicas presentes, oponentes entre si, e das percepções de legitimidade que as respaldam.

Introdução

A construção da capacidade do Brasil, sociedade e Estado, para prover a sustentabilidade da floresta amazônica e resguardar os tesouros de sua biodiversidade, em nome da própria sustentabilidade da vida humana no planeta, enfeixa um desafio de dimensões gigantescas, debatido não só na vasta literatura produzida sobre o assunto, mas também nos largos debates internacionais, de entidades ambientalistas a bancos multilaterais, como ainda nos acordos intergovernamentais, nos conteúdos programáticos de projetos de políticas públicas, e mesmo na mídia.

No interior do consenso com relação ao imperativo da sustentabilidade da floresta amazônica, convive um largo espectro de concepções e abordagens, por muitas vezes díspares e antagônicas, em relação aos significados do que vem a ser, enfim, a “sustentabilidade da floresta amazônica”. A noção é suficientemente difusa para dar abrigo a toda sorte de entendimentos e, mesmo para amparar, em seu nome, a legitimação de interesses particulares que lhe são frontalmente contrários. A capacidade brasileira de

* Trabalho respaldado na tese de doutorado *Fitzcarraldo e a Agenda 21: desafios da sustentabilidade amazônica*, Departamento de Sociologia da UnB, 1998.

** Socióloga, Professora-pesquisadora do PRODEMA / UFAL – Programa Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal de Alagoas. e-mail stroh@sunnet.com.br

gerir a sustentabilidade do tesouro de biodiversidade guardado na floresta amazônica, em favor da vida humana em âmbito planetário, corresponde a uma construção social enredada em uma teia de conflitos de interesses e lógicas de atores sociais, operada simultaneamente em escala global, nacional e regional.

Os dilemas sociopolíticos, encravados na construção da capacidade brasileira em favor da gestão sustentável da biodiversidade da floresta amazônica, transitam no cenário político-econômico global de transnacionalização dos processos decisórios e enfraquecimento da soberania decisória nacional. A floresta amazônica é um patrimônio simultaneamente ecológico e econômico da humanidade. Os recursos genéticos, minerais, madeireiros, energéticos e aquíferos desempenham razões estratégicas na geopolítica internacional, em diálogos antagônicos e concorrentes entre razões ecológicas e razões do capital. Acrescenta-se, do lado do Estado brasileiro, a marginalização histórica da Amazônia no pacto federativo, nitidamente retratada no dramático processo de ascensão e decadência da economia da borracha [Dean, 1989]. Possivelmente, a ordem fundadora da resistente guia-corrente que referenda, até hoje, o núcleo da política estatal de desenvolvimento da Amazônia, decisivamente conduzida por interesses econômicos particulares ou setoriais (regionais, brasileiros e internacionais) e violenta subordinação do interesse ecológico, ou seja, do interesse comum. Os recentes episódios que desvendam a lógica do financiamento ao desenvolvimento regional da extinta SUDAM, integram apenas um caso, dentre tantos outros. Do lado da sociedade regional, prevalece a debilidade dos espaços democráticos da participação social na definição das políticas de desenvolvimento da região, o controle patrimonialista da arena política, a personalização das instituições do poder público - e o seu desdobramento mais direto, a corrupção. Sem esquecer os massacres impunes cometidos contra movimentos populares do campo e os assassinatos de lideranças políticas emergentes de movimentos sociais, como os recentemente ocorridos em Marabá e Altamira.

Todos esses fatores, e há muitos outros, atuam como vigoroso alimento aos conflitos sociais implicados na sustentabilidade da floresta amazônica. Neste cenário, como pensar as mudanças estruturais exigidas, para atravessar as barreiras historicamente erigidas contra a sustentabilidade da floresta e das sociedades nela habitante? A constatação repetitiva da capacidade de resistência dos bloqueios sociais, políticos e econômicos a mudanças, podem acenar com novas alternativas de lógicas de ação sobre o real? Ou é forçoso reconhecer que as possibilidades de enfrentamento das contradições entre o desenvolvimento da Amazônia e a sustentabilidade da biodiversidade e da sociodiversidade da floresta, estão presas a novas operações lógicas de percepção do real, que ampliem o campo de consciência e de visão sociopolítica e possibilitem mudanças nas concepções e métodos de ação? [Crozier, 1979].

Somos protagonistas de um momento civilizacional dominado pela incerteza dos novos rumos e pela ruína do pensamento determinista, tal a confusão de representações, de valores e de explicações impostos por um mundo sob mudanças devastadoramente aceleradas. Os caminhos da reflexão intelectual estão, como nunca, pontilhados de verdades muito facilmente refutáveis, movediças e incertas. Como pensar as possibilidades de construção da capacidade nacional ante as exigências globais de sustentabilidade da floresta amazônica brasileira? Como enfrentar o desafio da compreensão das dialógicas que regem os conflitos entre os interesses globais, internacionais, nacionais e regionais presentes na Amazônia, os quais retroalimentam os bloqueios à sustentabilidade da floresta?

Não há respostas prontas para estas questões. Há, apenas, uma possibilidade tentativa de compreender, mediante uma racionalidade mais ampliada, como se operam as interações e retroações de um conjunto de fatores multidimensionais – políticos, econômicos, sociais, culturais, mitológicos, recursivamente intervenientes na alimentação da capacidade de resistência dos bloqueios que se interpõem contra a sustentabilidade da floresta amazônica.

Nessa tentativa, talvez seja um bom começo, colocar na berlinda o próprio axioma do desenvolvimento sustentável, nos moldes como foi consagrado pelo relatório Brundtland¹, respaldado no princípio da construção social da harmonia entre desenvolvimento econômico, justiça social e respeito ecológico, e solidário com o futuro da humanidade. Como construção social, o desenvolvimento sustentável é organizado em processos de antagonismos e concorrências entre interesses, lógicas e representações sociais, expressos em um amplo universo pluralista de atores sociais, presentes em cada processo concreto, particular. Disso decorre a improcedência do postulado da “harmonia” entre desenvolvimento e meio ambiente, respaldado em racionalidade unívoca que elimina a possibilidade de compreensão das forças contrárias interdependentes que dinamizam as interações entre pólos antagônicos e que jamais estarão em harmonia [Lascoumes:1994].

A geopolítica internacional entre a conservação da floresta e o desenvolvimento econômico regional, é vitalizada por razões multidimensionais – econômicas, políticas, científicas, técnicas, jurídicas, históricas, mitológicas – que são, ao mesmo tempo, antagônicas, concorrentes e complementares entre si. As retrointerações constituintes desta multidimensionalidade contida no real são organizadas por dialógicas que, por sua vez, auto-organizam a *praxis* dos propósitos de construção da sustentabilidade dos recursos naturais.

A proposição heurística é a de compreender a construção social em favor da sustentabilidade da floresta amazônica como uma *praxis* organizada em um sistema complexo. Complexo porque a auto-organização do sistema é gerada em dinâmicas ininterruptas de pressões entre contrários indissociavelmente complementares, em um processo múltiplo de interações e retroações.

No vasto elenco de concepções teóricas e abordagens metodológicas existentes sobre o dilema da sustentabilidade da biodiversidade da floresta amazônica, esta proposição inscreve-se como uma tentativa de reflexão, de que as possibilidades de uma construção social, em seu favor, estão atadas a um desafio intelectual de amplas dimensões.

Primeiro, o desafio intelectual de compreender a multidimensionalidade das realidades sociais, políticas, econômicas e imaginárias comportadas nos universos da floresta, urbano e rural instalado em antigas porções da floresta. Nesta cognição, compreender os diálogos de antagonismos, concorrências e complementaridades presentes nas representações sociais de realidades míticas, nos raciocínios lógicos e procedimentos ideológicos que se conjugam aos interesses políticos e econômicos, presentes na geopolítica em que a floresta está envolvida. Como também, presentes nas percepções sociais em relação às ações devastadoras na floresta e as percepções sociais que referendam a legitimidade dos direitos de particulares a essas ações.

Estas bases compreensivas convocam um equipamento de cognição sobre a construção social em favor da sustentabilidade da floresta, como um processo incessante de

¹ Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro : Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

ajustamentos de divergências, entre os interesses e lógicas dos atores sociais presentes nos acontecimentos implicados. Atores sociais que não são uma categoria abstrata, pois as idéias não são desencarnadas, mas sujeitos reais que possuem e exprimem legitimidades em relação aos seus propósitos, que aceitam abdicar mais um menos de seus propósitos particulares em favor do interesse comum e que, portanto, as estratégias em favor da sustentabilidade da floresta seguem sempre um curso probabilístico, e não determinado a priori, sujeito a incessantes ajustes.

Longe de apontar qualquer solução para um dilema tão fartamente constatado, busca-se aqui, tão somente, uma reflexão intelectual sobre os obstáculos e possibilidades à construção de uma capacidade estratégica de gestão dos conflitos sociais, nunca totalmente elimináveis, presentes nos acontecimentos em que a sustentabilidade da biodiversidade e dos povos da floresta amazônica se coloca sob ameaça. Uma reflexão amparada no princípio de que o desafio da sustentabilidade da floresta amazônica requer a aquisição de uma racionalidade complexa, que possa associar, unir, ligar em um raciocínio lógico as diferentes dimensões que compõem as realidades da floresta e do mundo que a circunda. Por prolongamento, uma racionalidade que possa descobrir sob que diálogos de antagonismos, as diversas dimensões interagem através dos atores sociais sujeitos das dialógicas. A modelização das bases da reflexão proposta, acha-se representada no diagrama, em anexo.

A realidade mítica da Amazônia.

....todos nós desde mui cedo gizamos um Amazonas ideal, mercê das páginas singularmente líricas dos não sei quantos viajantes, que desde Humbolt até hoje contemploram a <Hylea> prodigiosa com um espanto quase religioso – sucede um caso vulgar de psicologia: ao defrontarmos o Amazonas real, vemo-lo inferior à imagem subjetiva há longo tempo prefigurada. Esta reflexão de Euclides da Cunha [1994: 25] retrata, por um lado a secular sedução mítica da floresta amazônica selvagem no imaginário da civilização moderna. Por outro, oferece uma vertente de reflexão sobre as oposições guardadas entre o poder de encantamento das florestas e o modo como as civilizações, desde a civilização romana, empenharam-se em destruí-las.

Em razão das florestas tropicais serem prodigiosos ecossistemas, nos quais coabita uma enorme multiplicidade de espécies vivas, organizadas por um complexo e frágil sistema de trocas, elas adquiriram, no processo de evolução da civilização ocidental, um poderoso *status* simbólico no imaginário urbano-industrial. De acordo com o filósofo e historiador inglês Robert Harrison, as florestas tropicais convocam o paradigma de uma terra vista como um só ecossistema integrado e complexo. Este significado simbólico ultrapassa a existência física das florestas, posto que são vistas como metonímia do planeta Terra[Harrison,1992:285].

Do interior de uma polaridade de caráter civilizacional, na qual a floresta tropical oscila entre as representações sociais de “paraíso tropical” e de “inferno verde”, a Amazônia emerge no palco do debate ecológico internacional contemporâneo, representada pela simbologia universal do patrimônio de riqueza ecológica e econômica da humanidade guardado nas florestas tropicais que, em seu conjunto, representam em torno de 40% da cobertura florestal do planeta. Um patrimônio cuja grandiosidade universal guarda uma simbologia que ordena a preservação dos tesouros florestais energéticos, aquíferos, minerais, madeireiros e bioquímicos guardados na floresta, para as futuras gerações. Na

simbologia, os chamados “povos da floresta”- índios e caboclos são evocados, pelo imaginário social urbano-industrial como guardiões da preservação da riqueza florestal, pelas representações que lhe são atribuídas de sujeitos da harmonia entre o Homem e a natureza.

O imaginário social urbano-industrial em relação à Amazônia, abastece e é abastecido por representações sociais, em que a unidade da região homogeniza-se na simbologia ecológica do colosso florestal. No imaginário ecológico internacional e dos centros mais urbanizados do país, a Amazônia existe unicamente pela simbologia da floresta. O santuário universal encerra uma unidade de existência à região, pelo olhar que lhe é estrangeiro.

Não obstante, a realidade amazônica, hoje, está tecida por uma interioridade socioambiental múltipla, organizada por dialógicas entre três mundos: o mundo florestal, o mundo rural e o mundo urbano, este abrigando mais da metade dos amazônidas. Um quadro socioeconômico e cultural cujo pluralismo está permeado por interesses e lógicas frontalmente antagônicas com a magia do simbolismo ecológico universal da floresta.

O desafio da sustentabilidade dos tesouros guardados na biodiversidade florestal está preso à construção de uma capacidade social que incorpore a compreensão de como se organizam os diálogos entre as dinâmicas antagônicas dos mundos urbano, rural e florestal abrigados na Amazônia. Desta compreensão depreendem as possibilidades de que os recursos da floresta possam ser sustentavelmente manejados, em favor de um desenvolvimento endógeno que atenda a diversidade da sociedade regional e a inclusão dos grupos sociais da floresta e setores sociais que estão fora dela, mas, cujas atividades econômicas dela dependem. Serão os planos de desenvolvimento para a sociedade regional que se abriga também fora da floresta, que possibilitarão a conservação da bio-sociodiversidade, não o contrário.

A historicidade da região amazônica secreta dialógicas organizadas entre os três mundos, na construção de um imaginário social regional de isolamento nacional. Um imaginário que guarda uma memória social de espoliação da região que, por sua vez, rege os imperativos sociais locais de desenvolvimento econômico e de integração nacional. A organização paradoxal da sustentabilidade da Amazônia transita entre as demandas sociais locais de desenvolvimento econômico e de integração da região, de um lado, e de outro, os significados ecológicos universais do colosso florestal. Tanto os significados reais, concretos, materiais, científicos, mercadológicos quanto os significados mitológicos, presentes nas atribuições de significados do mundo urbano-industrial em relação à floresta.

Os mitos amazônicos são evocados nas análises científicas e políticas com alguma frequência, para explicar a sua influência nos equívocos cometidos nas intervenções do capital sobre a região como, por exemplo, o mito da Amazônia homogênea, derrubado pelos conhecimentos científicos possibilitados pelo Projeto RADAM. Ou o mito das terras inférteis que respaldou o modelo da pecuária extensiva e a monocultura de grãos, a partir dos anos 60 do século XX. Ou ainda, os mitos que ainda necessita serem combatidos. Principalmente, o de que a ocupação da Amazônia pode ajudar a soerguer o desenvolvimento de outras regiões do país, e enfim, o mito da internacionalização da floresta.

O cientista político e economista Alain Lipietz assevera que a Amazônia é um mito mobilizador da sociedade francesa, o qual simboliza a crise entre as razões ecológicas e as razões de desenvolvimento [Lipietz :s/d]. Diz-se, também, que as referências mitológicas antigas e modernas sobre a Amazônia impõem o constrangimento da mistura do mito com

as análises de realidade [Théry,1995]. Ou que a Amazônia emerge como fabulosa e misteriosa, e o equacionamento dos obstáculos à sustentabilidade exige que os mitos antigos e modernos sejam destruídos, tanto o mito do “eldorado” quanto o mito do “pulmão do mundo” [Drouleurs, *op:cit.*]. O Parlamento Europeu analisa o problema do desenvolvimento sustentável e a questão amazônica, pela ótica de que numerosos mitos edificaram a Amazônia como o “eldorado”, os quais teriam sido alimentados pela ausência dos conhecimentos científicos que desvendaram a fragilidade do ecossistema amazônico para a monocultura agrícola e para a pecuária². Diversos *experts* em Amazônia apregoam que o momento atual põe em pauta o imperativo da dissolução dos mitos que lá incidem, posto que os conhecimentos científicos já adquiridos e as experiências passadas permitem vê-la sem mitos. No interior do pensamento científico fixa-se a posição de que a aquisição dos conhecimentos científicos encarregou-se de derrubar os mitos amazônicos e os equívocos cometidos em seu nome. Em suma, prevalece a convicção de que a sustentabilidade da floresta está condicionada ao combate de seus mitos. Porque falseiam a realidade, impedem a formação de lógicas racionais, direcionadas para intervenções corretas.

O sentido conferido à palavra mito visa expressar um estado deformado ou de ignorância da razão sobre o real, *histórias mal contadas* [Dourojeanni, s/d]. O dicionário define a palavra *mito* mediante dois registros etimológicos opostos entre si. Por um lado, como a *representação de fatos ou personagens reais, exagerada pela imaginação popular, pela tradição etc.; ...idéia falsa sem correspondente na realidade;coisa inacreditável, fantasiosa, irreal, utopia; ...forma de pensamento oposta ao do pensamento lógico e científico*. Por outro lado, o mito também é explicado no dicionário como... *exposição de uma doutrina ou de uma idéia sob forma imaginativa, em que a fantasia sugere e simboliza a verdade que deve ser transmitida; representação (passada ou futura) de um estágio ideal da humanidade*³. Dois registros etimológicos cujas contradições revelam princípios antagônicos: o do racionalismo moderno, que compreende o mito como uma dimensão de falseamento, deturpação, deformação da razão. No segundo sentido, mais próximo da racionalidade complexa, mito e *logos* afiguram dimensões interdependentes da consciência humana face o real, nas construções sociais de representação da realidade, muitas vezes sob dialógicas recursivamente antagônicas e concorrentes

Tanto as representações míticas sobre a floresta que povoam o imaginário urbano-industrial sobre a Amazônia quanto aquelas que respaldam as lógicas dos discursos e práticas que atuam contra a sua sustentabilidade, são idéias, coisas do espírito. Nasceram dos próprios espíritos humanos, em condições socioculturais que determinam seus caracteres e formas, como produtos e instrumentos de conhecimento [Morin,1992:109]. Os mitos são alegorias mutantes de uma busca de verdade, de sentido e de significação dos acontecimentos da realidade, que se metamorfoseiam portando mensagens através dos tempos. Não determinam os acontecimentos, mas estão impressos na consciência humana. Tanto indicam significados e interpretações inteligíveis aos acontecimentos, como cegam a visão para outros significados, ainda que denunciados nas evidências dos acontecimentos. A vitória do racionalismo ocidental moderno não aboliu os mitos, apenas os varreu para os umbrais da consciência humana. Mito e *logos* retrointeragem e criam as suas

² <http://www.chez.com/bibelec/publications/international/amazonie.htm>

³ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 14ª edição.

recursividades em oposições e concorrências, nas representações aos acontecimentos. O mito é uma dimensão da mente humana, similar a um organismo que se desenvolve, transforma-se sem cessar e se mantém vivo na própria metamorfose de sua idéia, em relação dialógica com as metamorfoses do *logos* [Campbell, 1990].

Desta compreensão deriva a primordialidade da dimensão mitológica ser incorporada na racionalidade cognitiva das dinâmicas socio-políticas-culturais-ecológicas, que regem a conflitualidade da sustentabilidade da floresta amazônica. Este desafio está preso a um problema: Que retro-relações dialógicas de antagonismos e cooperação, entre dimensões humanas, mantidas tão distantes pelo pensamento racionalista ocidental, podem também “polideterminar, subdeterminar e indeterminar” [Morin, 1991], os jogos de conflitos políticos de interesses econômicos envolvidos na apropriação e uso/não uso dos recursos da floresta amazônica? Como interagem as múltiplas dimensões do real na Amazônia? Quais são a gênese e a mola-mestre de alimentação e transmutação dos mitos amazônicos do *inferno verde*, do *eldorado*, do *paraíso tropical*, do *pulmão do mundo*, da *civilização da biomassa*,...? Sob que processos históricos, as dualidades dos mitos ancestrais da floresta e da vida selvagem puderam se metamorfosear recursivamente, no interior do processo histórico de urbanização do mundo, embrenhar-se e edificar o imaginário urbano-industrial para a floresta amazônica? Que dialógicas imaginárias possibilitam a convivência de mitos antagônicos, que emanam mensagens imaginárias, contraditórias para uma mesma realidade física?⁴

Ampliando a racionalidade do desenvolvimento

No âmago de tais questões, repousa o desafio da ampliação da racionalidade regente das concepções de desenvolvimento e a incorporação de dimensões da mente humana, estruturadas segundo significados contrários e concorrentes às lógicas do pensamento econômico. Para o economista francês René Passet, o centro do desafio da produção intelectual de conhecimentos em favor do desenvolvimento sustentável, reside na capacidade de o pensamento econômico sair de seu esplêndido trono concedido pelo racionalismo ocidental moderno, para pensar a si mesmo em relação às dimensões que o contêm e nas quais está contido: a força cultural, simbólica e mítica encravada nas valorações econômicas⁵.

A racionalidade econômica menosprezou as dimensões sociais, culturais e políticas do desenvolvimento, ao amarrá-las como consequência lógica e indubitável do desenvolvimento econômico. No interior do processo de “economização” da sociedade gestou-se, a partir do século XVIII, a concepção Iluminista da cultura humanista, na qual os significantes de cultura se restringiram à expressão do artístico e do estético, pela qual inclusive a natureza se fez representar. O economista Xavier Dupuis observa que é no estreitamento compreensivo da noção de cultura que o pensamento econômico pode excluir a cultura de sua racionalidade lógica. Exclusão do que se opõe. Racionalidades opositivas que se tornaram racionalidades estranhas entre si [Dupuis, 1991]

⁴ A construção das respostas a essas questões encontram-se na tese de referência, omitidas deste trabalho por questão de espaço e estarão sendo apresentadas, proximamente.

⁵ PASSET, René, *Le développement durable: de la transdisciplinarité à la responsabilité*. <http://perso.club-internet.fr/nicol/ciret/locarno/loca5c9.htm>

O entrelaçamento da cultura no pensamento econômico corresponde a um grande desafio paradigmático, e só pode ser pensado como parte de uma longa construção social de “desestranhamentos lógicos” [idem]. A cultura não está inserida na economia, é antes parte interdependente dela. É ilusório pensar sobre os problemas do desenvolvimento fora da cultura, pois desenvolvimento cultural é desenvolvimento econômico e humano⁶. Do mesmo modo como não há como pensar na sociedade sem a economia, sem a produção de bens, materiais e simbólicos. Esta não é uma constatação conclusiva, é um problema: a cultura é uma imanência das atividades econômicas e humanas. Contudo, como medir as cifras dessa contribuição, se a dimensão cultural da existência é um inapreensível abstrato de tudo aquilo que toca o indivíduo, não mensurável, inquantificável.

Valor subjacente à sociedade, a cultura confere significados às interações entre os indivíduos e o meio ambiente, como também ao conjunto dos modos e condições de vida de uma sociedade, o substrato comum das tradições e saberes, a diversidade de formas de expressão e de realização do indivíduo no interior da sociedade. A cultura revela, em suma, as condições de permanência da humanidade nos diferentes espaços do planeta [Elias, 1994]. Em uma dimensão abstrata, inapreensível pela quantificação econômica, a cultura inscreve no indivíduo a capacidade de reflexão sobre si mesmo, de discernimento de valores, de escolhas. Pela cultura o indivíduo se exprime, toma consciência de si mesmo, se reconhece como projeto inacabado, põe em questão as suas próprias realizações, procura incessantemente novos significados, cria obras que o transcendem [Morin, *op.cit*]. A racionalidade econômica não tem como responder a esta multidimensionalidade da condição humana. As bases de seu conhecimento se abastecem e se fortificam na inteligibilidade da quantificação, do neutralismo, do objetivismo, do determinismo. O pressuposto de que os custos sociais e humanos são o preço a ser pago ao progresso, subjuga as multidinâmicas internas do processo histórico a uma lógica linear, na qual o desenvolvimento da humanidade é decalque lógico do desenvolvimento econômico [Unesco, 1994a]. Esta lógica elimina o conhecimento de que o desenvolvimento econômico e tecnológico também resulta em subdesenvolvimento humano, ético e afetivo [Morin & Naïr, 1997].

Os raciocínios excludentes das diferenças culturais presentes em cada tecido social, explicam em grande parte os fracassos ou semifracassos dos projetos de desenvolvimento exclusivamente econômicos, executados nos últimos trinta anos nos países periféricos: longe de resolver os problemas sociais, exacerbaram-nos dramaticamente. A força das concepções deterministas da economia revela-se no agravamento das disparidades e das tensões sociais e, conseqüentemente, das dificuldades de desenvolvimento dos países. [idem; Kliksberg, 1993].

A força do passado na memória social regional.

As representações de isolamento no imaginário social amazônico foram historicamente construídas, a partir do interior da sociopolítica dos acontecimentos que engendraram a história da ascensão, decadência e estagnação da atividade gomífera, e

⁶ Relatório da Conferência sobre Políticas Culturais da UNESCO- Mundiacult, realizada no México em 1982, *apud* Dupuis, p.p. 80.

sentenciaram a marginalização da região Norte no pacto federativo brasileiro⁷. A realidade imaginária regional de isolamento, face aos pólos mais dinâmicos do desenvolvimento nacional, ataca com vigor as lógicas desenvolvimentistas, predominantes desde os anos 70 do século XX, nos interesses econômicos internos à região.

Os 30 anos de transformações estruturais na organização do espaço da Amazônia operaram um processo ordem e desordem, do qual emergiu uma nova organização sócioespacial que contém em si mesma os elementos da antiga ordem e da nova desordem. Os espaços de floresta nativa convivem com uma intensa urbanização, sob relações antagonicamente interdependentes. Se em 1970 a população rural era 15% maior do que a população urbana, hoje a população urbana compõe cerca de 60% da população total, que praticamente triplicou de tamanho, no período. Manaus e Belém são as únicas duas metrópoles com mais de 1 milhão de habitantes, mas oito cidades regionais situam-se entre as cidades médias brasileiras.

A realidade simbólica construída no isolamento da região atua como mola propulsora das expectativas regionais de integração ao contexto nacional, por parte das elites econômicas, não só tradicionais como também da elite econômica constituída pelos novos imigrantes. A expectativa de integração foi decisiva no processo de legitimação e receptividade das elites econômicas regional, aos grandes projetos de infra-estrutura desenvolvimentista. Muitos encarnaram a defesa dos grandes empreendimentos e fizeram-se tenores regionais da defesa dos interesses desenvolvimentistas do Governo Federal.

Como é sabido, o processo desenvolvimentista de integração da Amazônia provocou uma fragmentação do espaço regional, polarizado por três núcleos no Pará, no Amazonas e em Rondônia. Estes três pólos concentradores do desenvolvimentismo na Amazônia urdiram, sob processos diversificados, transformações sociais, econômicas, políticas, culturais e ecológicas marcadas por grandes desigualdades. A desarticulação de espaços regionais, anteriormente integrados, engendrou importantes fatores de tensão social e dificuldades de conciliação de interesses microrregionais divergentes e/ou antagônicos, que se manifestam de modo decisivo como bloqueios à construção social da sustentabilidade da floresta.

As estratégias de ocupação e povoamento da fronteira agrícola atuaram como força desorganizadora da antiga articulação espacial da região. O furor da devastação florestal correspondeu a um violento processo de conflitos sociais, entre grandes proprietários rurais, agricultores sem terra e nações indígenas. Todavia, foi um processo violentamente desorganizador que amenizou o histórico problema do isolamento regional.

Ainda que a distribuição do povoamento mantenha-se irregular, a Amazônia transformou-se. O peso das demandas urbanas cresceu vertiginosamente; a economia diversificou-se, a indústria regional tem hoje um papel significativo na economia nacional, ocupando, por exemplo, o segundo lugar no valor de produção mineral e o terceiro no valor da produção de bens de consumo duráveis e de capital [Becker, 1997].. A nova configuração social emergente corresponde a uma reorganização social que abraça, ao mesmo tempo, as dinâmicas culturais e econômicas do amazônida tradicional na sua convivência com o rio e

⁷ Problemas que repousam, notadamente, na distribuição das competências na execução de políticas sociais; nos critérios de representação política; e na configuração dos interesses regionais. Ver, AFFONSO, Rui de Brito A. & SILVA Pedro Luís Barros (org.), 1996, *A Federação no Brasil: impasses e perspectivas*. São Paulo: FUNDAP-IESP.

a floresta, e dos novos segmentos sociais rurais e urbanos que demandam políticas de dinamização econômica. A complexidade das políticas em favor da sustentabilidade da floresta reside, exatamente, em como organizar as complementaridades dos antagônicos em favor de um sistema de desenvolvimento regional sustentável.

Do bojo do processo desenvolvimentista a Amazônia sedimentou no imaginário ecológico urbano-industrial contemporâneo, as imagens da destruição dos tesouros florestais e da extinção cultural dos povos da floresta. Deste lugar, apresenta-se como uma área crítica da geopolítica mundial[Batista,1994]. Durante os anos 80, o Estado brasileiro consolidou a imagem de paria da ecologia do planeta na cena internacional, a qual retrata uma dramática crise de legitimidade da soberania do Estado na gestão deste patrimônio da humanidade, em uma região já historicamente marcada pela marginalização face aos centros mais dinamizados do país. Neste quadro de crise de legitimidade, de severas críticas internacionais à letargia e ao autoritarismo estrutural da burocracia do poder público brasileiro [Monclaire,1993], novos atores sociais supranacionais passam a disputar a hegemonia de propostas ecopolíticas para a Amazônia.

A transnacionalização da sustentabilidade florestal

O Banco Mundial, na qualidade de agência financiadora dos GPIs na Amazônia, foi alvo de fortes pressões do movimento ecológico internacional e, a partir dos anos 70, começou a galgar posições de liderança no sistema ONU, como agência de financiamento ao desenvolvimento sustentável dos países periféricos⁸. Deste lugar, passou a assumir posições hegemônicas diante das agências do poder público brasileiro, nas definições programáticas dos projetos de desenvolvimento, para os quais passaram a ser exigidos programas de recuperação ambiental e de compensação social.

As evidências dos desastres socioambientais impingidos à Amazônia e a paralisia do Estado brasileiro, cimentaram, no contexto de ascensão da doutrina neoliberal, as bases de legitimação da hegemonia programática dos projetos financiados pelos bancos multilaterais, notadamente o Banco Mundial. Hegemonia expressa por um lado, nas fortes pressões exercidas sobre o poder público para o equacionamento dos problemas ambientais provocados pelos GPIs, com ênfase nas políticas para os povos da floresta [Aragón, 1991]. A base estratégica do Banco Mundial tinha por objetivo (e ainda tem), o asseguramento de uma dupla legitimidade, como instituição bancária e como instituição internacional de ajuda ao desenvolvimento e redução da pobreza. Uma estratégia que não é apenas econômica, mas principalmente política, no contexto de ascensão da doutrina neoliberal e subtração da função social do Estado [Osmont,1997]. Agrega-se à estratégia a do estímulo a participação social das ONGs, como atores promotores de projetos para a sustentabilidade da floresta, bem como fiscalizadores do poder público. As ONGs passaram a receber a

⁸ Um estudo efetuado pelo IIED- *Internationnal Institute for Environment and Development*, concluiu que dentre os organismos multilaterais vinculados ao sistema das Nações Unidas, o BIRD detinha a política ambiental mais avançada e práticas que entronizavam o organismo como líder intelectual das questões ambientais em toda a comunidade internacional de desenvolvimento. Em 1970, o BIRD criou em suas estruturas um novo cargo de consultor ambiental e, em 1972, publicou um manual de orientação às agências multilaterais das Nações Unidas, pontuando as questões que deveriam ser objeto de apreciação no planejamento dos projetos de desenvolvimento. *Apud* McCormick, 1992:157.

atribuição de suprir as ineficiências do poder público, nas políticas ecossociais em favor do desenvolvimento sustentável na Amazônia.

A partir da década de 80, diversos acontecimentos teceram a construção da hegemonia programática do Banco Mundial, bem como suas alianças com ONGs, nos projetos de desenvolvimento implantados e em planejamento na Amazônia pelo poder público. O processo de preparação da Rio-92, também correspondeu ao da afirmação das orientações do ideário do desenvolvimento sustentável das agências de cooperação para a Amazônia, impelindo um intenso debate ideológico e programático, em estudos e projetos com ênfase na participação de entidades da sociedade civil. Os bancos multilaterais passaram a interferir, quando não decidir, sobre a estruturação da política ambiental brasileira, e particularmente na Amazônia. No eixo central do discurso, a exigência à participação social nos projetos do poder público, como garantia de internalização regional dos benefícios preteritamente acenados pelos projetos de infra-estrutura econômica.

Em um momento em que a democratização do país começava a ensaiar os primeiros passos, a entidade da sociedade civil – ONG – foi içada pelos bancos multilaterais como parceira do poder público em projetos de desenvolvimento sustentável, como na Amazônia. Os pressupostos participativos das ONGs encontram dificuldade para se traduzirem em capacidade operativa de execução de projetos. Problemas ancorados à própria identidade, como também outros ligados à representatividade real, em relação aos interesses locais que se propõem a intermediar, formam um quadro problemático para a operacionalização do clamor pela participação social para a sustentabilidade da floresta. Sem negar, evidentemente, a importância social das ONGs, parece importante não esquecer o seu papel na construção da hegemonia programática dos bancos multilaterais, mesmo sabendo-se que esta operação foi fortemente propiciada pelo autoritarismo estatal e da burocracia do setor público em relação à Amazônia. A crise do modelo desenvolvimentista e do modelo de Estado autoritário conformaram os alvos comuns das primeiras alianças entre os bancos multilaterais e as ONGs, nos projetos de sustentabilidade da floresta, configurando uma nova arena de atores sociais supranacionais, em rede com atores sociais nacionais, no palco dos problemas ecológicos da Amazônia.

A paralisação de diversos grandes projetos de infra-estrutura desenvolvimentista – GPIs – que se mantiveram inacabados, a baixa capacidade operativa dos planejamentos das políticas públicas e a falta de continuidade dos programas e projetos públicos para a conservação da floresta, em um quadro de ascensão da importância ecológica global da Amazônia no palco internacional, são fatores que se fundem na organização de circunstâncias favoráveis à construção da hegemonia programática, assumida pelos bancos multilaterais na Amazônia [Ribeiro, 1994; Prestre, 1995; Schneider, 1995]. Hegemonia esta, cuja legitimação social encontra-se respaldada em uma base de apoio constituída por ONGs ambientalistas internacionais, articuladas em rede a ONGs ambientalistas brasileiras.

As fortes resistências das velhas e novas elites regionais à chuva de críticas advindas do ecologismo internacional reacenderam, ao longo da década de 80, os velhos *slogans* nacionalistas contra as ameaças de internacionalização da Amazônia, as quais legitimaram historicamente a presença militar na região, desde os tempos da Guarda Nacional e depois do SPI- Serviço de Proteção ao Índio. O palco político deste período notabilizou uma forte polarização de ideologias antagônicas, entre forças desenvolvimentistas locais e forças ambientalistas globais, o que, agregado à crise de investimentos públicos, incidiu na paralisação dos GPIs na região.

Diversos fatores contribuíram para o acirramento entre o movimento ecológico e a dinâmica regional de ocupação da floresta. As queimadas que proliferam, a despeito de tantos programas e projetos de contenção, dramatizam a já débil legitimidade do Estado brasileiro, no exercício de sua soberania sobre a Amazônia. No bojo dos debates em favor da expropriação de terras improdutivas para a reforma agrária, as queimadas na Amazônia atuaram e ainda atuam como fator perverso de consolidação da ocupação latifundiária de áreas florestadas, o que também é bastante favorecido pelos critérios de valorização da terra nua, do INCRA. Os pequenos agricultores, por seu lado, têm nas queimadas uma prática ancestral de fertilização da terra, em sua agricultura itinerante. A UDR-União Democrática Ruralista conquistou, na segunda metade dos anos 80, um espaço de representatividade, não desprezível, dos interesses de larga parcela do segmento rural na região.

Desde a década de 80 a floresta amazônica mostra-se para o mundo, em chamas ou sendo transformada em pasto. Nesta atmosfera processou-se a organização da política nacional de meio ambiente no interior do poder público brasileiro, a institucionalização do setor ambiental na estrutura dos governos federal e estaduais e a estruturação da atual legislação ambiental brasileira. Do ponto de vista do poder público, o desenvolvimento sustentável corresponde a uma questão afeta ao setor ambiental brasileiro, marginalizada do planejamento econômico e das estratégias políticas do desenvolvimento nacional.

O isolamento, a fragilidade e a posição acessória do setor ambiental brasileiro no interior do aparelho de Estado são o nervo exposto das restrições impostas à construção social do desenvolvimento sustentável. As políticas públicas de desenvolvimento sustentável da floresta amazônica pagam um alto preço por estarem restritas ao setor ambiental brasileiro. Os conflitos sociais implicados nas ações dos agentes econômicos na floresta açambarcam arenas legais, que extravasam as competências do setor de meio ambiente do governo e a própria legislação ambiental. É o que retrata não só a continuidade das queimadas, como também as práticas da biopirataria dos recursos genéticos e do narcotráfico, igualmente incontrolláveis pelo Estado brasileiro, e ainda as práticas da atividade econômica de extração da madeira, todas fortemente marcadas pela ilegalidade. A SAE- Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República reconhece a incapacidade do poder público em controlar a extração ilegal de 80% da madeira retirada da floresta e muito menos controlar o desperdício no processamento das toras, que chega a 70%⁹. Ao mesmo tempo, a indústria madeireira é a grande geradora de impostos dos estados de Rondônia e do Pará e a terceira fonte de geração de empregos, depois da agricultura e da pesca. Cidades como Tucuruí, Marabá, Paragominas e Santarém, por exemplo, têm nas serrarias a maior fonte geradora de emprego.

As políticas em defesa da floresta não podem se limitar a execuções de punições respaldadas na legislação ambiental. Necessitam articular-se a metodologias operativas de negociação, sempre provisória, com as contradições de interesses e lógicas entre o desenvolvimento econômico regional e a proteção do patrimônio florestal. Embora a institucionalização do setor ambiental no interior do aparelho de Estado brasileiro tenha sido tangida pelas pressões sociais e políticas do ambientalismo, como aponta Gustavo Lins Ribeiro, o peso do patrimonialismo, do clientelismo e do centralismo da burocracia estatal

⁹<http://www.estado.com.br/jornal/97/06/01/news083.html>, *A madeira da Amazônia*. Há inclusive notícias de denúncias contra funcionários do IBAMA que participam do esquema ilegal, de “esquentamento” da madeira extraída na fronteira com o Peru, como também dos riscos de vida dos fiscais do Instituto no exercício de suas funções. *Jornal Gazeta Mercantil* de 11 de dezembro de 1997 pp.14.

nele se reproduziu, inibindo decisivamente mudanças na mentalidade gerencial, bem como a interdisciplinaridade técnica e científica, requerida para a gestão ambiental[Ribeiro,1991]. A estrutura institucional do setor ambiental no nível federal foi reproduzida nos organismos estaduais de meio ambiente. Na sua grande maioria, substituíram outros órgãos setoriais dos governos, nasceram deficitários para executar as funções de gestão ambiental, e marginais para influenciar decisões políticas de seus governos. Embora, em tese, as políticas de descentralização visem transferir o poder de eleição em matéria de gestão ambiental aos poderes estaduais, na prática o exercício do controle da legalidade dos procedimentos dos agentes econômicos e a atuação dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente - CONSEMA, ainda não foram capazes de coibir o poder discricionário dos governantes.

É verdade que o confinamento do desenvolvimento sustentável no setor governamental de meio ambiente não ocorre exclusivamente no Brasil. Também não é exclusividade nacional a marginalidade do setor ambiental no interior da máquina de governo. Na França, por exemplo, o Ministério do Meio Ambiente, criado em 1971, mantém-se como instância decisória frágil, dotada de orçamento ínfimo, com um corpo de especialistas fraco e autoridade muito incerta diante dos seus pares ministeriais. É também, pouco presente nos contextos locais, onde verdadeiramente as políticas públicas enfrentam os ajustamentos concretos de interesses, e operam-se experiências e práticas inovadoras de acordos e compromissos entre os atores sociais. Segundo Pierre Lascoumes, as razões ecológicas nas políticas locais ainda soam como decorativas, e os programas ou políticas de meio ambiente são, em sua maioria, uma reciclagem, mais ou menos profunda de programas tradicionalmente em vigor [op.cit].

Em certo aspecto, a descentralização da gestão ambiental antes de ser solução é um problema, pois envolve uma dupla coerção: por um lado, as ambições dos poderes locais em realizarem projetos eleitoralmente rentáveis e por outro é um espaço importante de pressões do poder econômico em relação aos interesses econômicos particulares. A incipiência da estrutura institucional disfarça, desta maneira, as perversidades do funcionamento espontâneo do mercado na apropriação e gestão dos recursos naturais. Assim, os mecanismos da ação pública administrativa, na condição de mecanismos institucionais de regulação econômica, contribuem para alimentar o sistema de má administração dos recursos naturais e participam decisivamente do movimento mais geral de degradação dos espaços territoriais[Godard,1989].

A lógica de setorialização do poder público brasileiro é incompatível com a obliquidade requerida às políticas para o desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade da floresta amazônica está institucionalizada no aparato de governo, como um problema adstrito ao setor ambiental. Um setor de débil força política no interior da máquina de governo, para realizar estratégias de desenvolvimento e coordenar a transversalidade requerida às ações das políticas públicas, sobretudo na Amazônia, onde todos os problemas assumem dimensões gigantescas. Este confinamento apenas contribui para a manutenção da marginalização do problema da sustentabilidade do desenvolvimento ao setor ambiental, condenando as práticas sustentáveis de manejo florestal a espaços pontuais e dispersos entre si.

A sustentabilidade da floresta não pode ser reduzida a políticas demarcatórias de unidades de conservação -UCs, e planos de manejo e gestão idealizados para as comunidades que lá vivem, como se elas possuíssem uma “vocação natural” para conservar os recursos naturais do território que as abriga. As UCs são alternativa de abrigo para

milhões de refugiados do processo agudo de concentração da terra, como também alternativa à atração excludente dos mega-projetos de desenvolvimento. As dimensões geográficas e as imensas dificuldades de acesso às áreas a serem protegidas tornam ilusório, tanto a possibilidade de o Poder Público empregar o número de guardas florestais necessários à fiscalização do sistema de proteção, por mais tecnologia de que se disponha, quanto à possibilidade de que a sustentabilidade dos recursos da floresta possa ser regulada pelo “cumpra-se” a legislação.

A proteção das UCs passa pela formulação e execução de políticas sociais e econômicas concomitantes para os espaços geográficos exteriores e interiores à floresta. Requer, por um lado, operações de políticas de desenvolvimento da agricultura familiar, para os cerca de 450.000 km² de área florestal já degradada e em grande parte abandonada e improdutivo, ainda que sejam terras férteis e com muitas possibilidades de aproveitamento econômico da vegetação secundária que substituiu cobertura vegetal original. Por outro lado, requer políticas de inclusão dos agrupamentos humanos habitante nas UCs aos sistemas de economia de mercado, que propiciem melhor valor agregado aos produtos de coleta e, ao mesmo tempo, a superação do abandono e do isolamento social, respeitando as condições locais de organização social local e as protegendo da ferocidade do mercado e seus valores culturais desagregadores e destrutivos. Sob esta perspectiva, como insiste Ignacy Sachs [1989], a sustentabilidade da Amazônia impõe-se ao Poder Público brasileiro, como um desafio dramático de ultrapassagem de pseudo-soluções.

O problema é complexo, porque as estratégias de gestão territorial da floresta e de desenvolvimento econômico da região conjugam incorporar estratégias antagonicamente complementares entre si. A gestão do colosso florestal é parte indissociável de estratégias de gestão global do espaço regional, não como política isolada, mas, fortemente dependente de articulações com as políticas nacionais de desenvolvimento inter-regionalizado. Requer que seja pensada a partir das dialógicas dos jogos de interesses econômicos e que conferem legitimidade às práticas predatórias que se opõem à construção social da sustentabilidade da floresta. Este é um intrincado nó, sobretudo porque atado no jogo entre a ilegalidade e a legalidade, pelo qual se reproduzem as práticas econômicas contrárias a sustentabilidade.

As estratégias de gestão sustentável da floresta amazônica possuem um duplo caráter interdependente: normativo e regulatório. As leis ambientais, para serem respeitadas, dependem de intrincados processos de legitimação social. A regulação dos interesses privados não é um simples problema normativo. Corresponde, antes, a capacidade de negociação de conflitos, ainda a ser construída, posto que exige a convergência e a conciliação de interesses e lógicas antagônicas, entre as razões econômicas, sociais e ecológicas dos aproveitamentos florestais.

A complexidade deste desafio reside, por um lado no interior do Poder Público, em construir a capacidade de mobilizar o potencial de sustentabilidade dos recursos da floresta, mediante políticas em favor da melhoria dos padrões de vida material e da garantia de trabalho e renda da sociedade regional abrigada na floresta, nas áreas de floresta convertidas em áreas rurais e nas cidades. Em outras posições, nem sempre coincidentes, os interesses dos grandes proprietários ligados à monocultura agropecuária, e dos agentes econômicos ligados às redes do extrativismo, especialmente madeireiro, em atividades legais e ilegais. Ainda em outras posições, os pequenos agricultores dos assentamentos estimulados e/ou espontâneos, em suas insuficiências educacionais e tecnológicas de manejo correto do ecossistema, fatores extensivos aos posseiros e agricultores sem terra, que praticam a agricultura itinerante, invadem terras de UCs e Terras Indígenas.

Acrescenta-se em outras posições os agrupamentos humanos da floresta, dependente da coleta e extração de seus recursos. E ainda, os trabalhadores urbanos, para quem a geração de emprego e atividades produtivas é fortemente dependente do extrativismo florestal, particularmente da madeira. Retro-interagem nesta intrincada arena de interesses e em posições diferentes, a opinião pública internacional ante o colosso florestal amazônico e os “povos da floresta”; os grupos de minorias ativas, representados em ONGs internacionais e nacionais, que abraçam esta causa como fonte de mobilização de recursos e de influência social; e os bancos multilaterais, ciosos na defesa pela hegemonia de suas concepções programáticas, mais ou menos compromissadas com a sustentabilidade da floresta.

Neste cenário, a gestão da floresta amazônica brasileira se processa em uma rede de interdependências antagônicas, que demanda uma concertação entre diferentes protagonistas, beneficiários e prejudicados em presença de cada acontecimento particular [Montalembert & Scmithüsen, 1993/4]. O desafio da complexidade do meio amazônico prende-se na necessidade de conciliar os imperativos socioeconômicos regionais com a sustentabilidade da floresta. Um desafio reconhecido, por exemplo, pelo Parlamento Europeu, como um terreno único de experimentação, dado os interesses geopolíticos organizados pelas pressões e disputas, em torno das formas de apropriação dos tesouros guardados na biodiversidade da floresta¹⁰.

A compreensão estratégica

As políticas de meio ambiente e desenvolvimento da Amazônia organizam-se entre o paradoxo global-local, como um problema intersistêmico econômico, sociopolítico, institucional, ecológico e mitológico. Aqui reside a multidimensionalidade amazônica que põe em xeque todas as ortodoxias políticas. Conforme aponta Wanderley Messias, estamos diante de... *um caleidoscópio de formas de organização social para as atividades produtivas e de associativismo político, impossível de ser setorizado, a partir de referências teóricas consolidadas. A Amazônia é um dos poucos lugares do planeta, em que as organizações econômica, social e política mantêm-se amarradas ao ritmo sazonal (cheia/vazante) dos ecossistemas naturais. Isso confere uma diferenciação em relação a tudo o que está estabelecido na literatura*¹¹. João de Jesus Paes Loureiro compartilha da idéia, ao assinalar que... *a cultura amazônica talvez represente, neste final de século, uma das mais raras permanências dessa atmosfera espiritual em que o estético, resultante de uma singular relação entre o homem e a natureza se reflete e ilumina a cultura* [Loureiro:1995:65]. A Amazônia é uma realidade complicada que exige uma inteligibilidade complexa. É uma realidade organizada por uma rede de acontecimentos multidimensionais que aparecem fragmentados, exigindo uma inteligibilidade capaz de agregar as ocorrências que conspiram contra a sustentabilidade da floresta, em um corpo de sentidos e significações que expressem a multidimensionalidade nela contida. A este respeito, é forçoso citar a recursividade da mitologia da floresta amazônica, como o maior recurso de atratividade econômica da atual empresa do ecoturismo.

¹⁰ <http://www.chez.com/bibelec/publications/international/amazonie.htm#qua> : *le développement durable et la question amazonienne*.

¹¹ Depoimento colhido em entrevista.

A sustentabilidade da floresta amazônica corresponde a um desafio intelectual, essencialmente, de articulação do imaginário universal nela depositado com a historicidade da Região. A dualidade geopolítica entre a sustentabilidade da floresta e o desenvolvimento econômico regional é constituída por razões multidimensionais – econômicas, políticas, científicas, técnicas, jurídicas, históricas, mitológicas – que são, ao mesmo tempo, antagônicas, concorrentes e complementares entre si. As retrointerações constituintes dessa multidimensionalidade são organizadas por dialógicas que, por sua vez, auto-organizam a *praxis* dos propósitos de construção da sustentabilidade dos recursos naturais, propósitos esses inseridos em um projeto de desenvolvimento mais endógeno para a Amazônia.

A realidade una e múltipla apresenta-se nos interesses e lógicas antagônicas dos atores sociais presentes, nos acontecimentos em que a sustentabilidade apresenta-se como problema. As dialógicas entre as razões imaginárias e os interesses econômicos e geopolíticos fincam as bases da incerteza em relação às estratégias plurais dos atores sociais e, por prolongamento, os meandros dos processos decisórios e os acasos das agendas políticas. O desafio da sustentabilidade da floresta amazônica aponta para o desafio da aquisição de uma racionalidade que possa associar, unir, ligar em um raciocínio lógico as diferentes dimensões que compõem esta realidade e, ao mesmo tempo, possa descobrir sob que diálogos de antagonismos as diversas dimensões intervêm na constituição desta realidade, por intermédio dos atores sociais sujeitos das dialógicas.

Os bloqueios à sustentabilidade da floresta residem no desafio de organização de um pluralismo de interesses antagônicos e concorrentes e, neste sentido, o seu enfrentamento corresponde, antes de tudo, na adoção de uma racionalidade que aceite e possa dialogar com razões contraditórias entre si. No âmago do desafio, portanto, está a compreensão das interações dialógicas que nutrem os bloqueios reproduzem a fragilidade da legitimação das políticas rubricadas pela sustentabilidade da floresta, mas, também, guardam os recursos disponíveis no terreno das organizações estratégicas de regulação de conflitos sociais presentes.

A sustentabilidade amazônica corresponde a uma *praxis* complexa, porque sua auto-organização é gerada na dinâmica ininterrupta da pressão dos contrários, que se associam de maneira complementar em um jogos interativos e retroativos nunca acabados. Esta compreensão passa pelo enfrentamento do diálogo de antagonismos, concorrências e complementaridades entre as realidades da floresta, do mundo urbano e rural. Passa pela agregação da multidimensionalidade da realidade regional, mediante a incorporação cognitiva das interferências de realidades míticas, nos raciocínios lógicos e procedimentos ideológicos que se conjugam aos interesses políticos e econômicos, presentes na geopolítica em que a região está envolvida. Assim como, presentes nas percepções das ações de degradação do meio ambiente e nas percepções que outorgam a legitimidade deste direito. Passa pela compreensão de que as políticas de desenvolvimento sustentável processam-se em incessante e inacabados ajustamentos de divergências entre os atores sociais, sujeitos das dialógicas que organizam a realidade amazônica. Passa pela aceitação de que os atores sociais concretos carregam consigo o princípio da legitimidade de seus propósitos e, esta aceitação, infunde o princípio da incerteza e o princípio probabilístico das estratégias de mudanças em favor da sustentabilidade da floresta.

A perspectiva da mudança do sistema é uma aposta que busca a superação das prisões das denúncias cansativas e das reclamações ideológicas, a respeito das ineficiências das políticas em prol da sustentabilidade da floresta amazônica. A aposta na mudança conclama a adoção de estratégias, capazes de concretizar os programas e projetos definidos

no papel. A estratégia é um programa de organização de conteúdos conceituais e programáticos. Pressupõe operações sequencialmente coordenadas, fundamentadas, não só nas decisões originárias das ações iniciais, como também em decisões sucessivas, tomadas em função da evolução dos acontecimentos.

A estratégia é uma construção, desconstrução, reconstrução decisória impelida por acontecimentos, acasos, contratempos, reações que perturbam as ações inicialmente planejadas. Neste sentido, é uma capacidade de integrar a incerteza ao empreendimento das ações. Os conteúdos organizativos das estratégias de gestão dos conflitos sociais podem favorecer as condições de execução dos conteúdos programáticos das políticas. A estratégia é, antes de tudo, uma aptidão do sujeito em utilizar de maneira inventiva e organizadora os determinismos e acasos exteriores, que conspiram contra os propósitos de sua ação. Neste entendimento, a estratégia não corresponde a uma adaptação da ação às condições do meio, mas a adaptação da ação às incertezas e aos acasos do meio. A aptidão estratégica, analisam Crozier & Friedberg, é a capacidade de captar, explorar e manipular determinismos e acasos, e todo o desenrolar de estratégias pode ser considerado como um esforço de emancipação do sujeito em relação ao seu meio[*op: cit*].

A aposta é que uma racionalidade ampliada, capaz de apreender a realidade multidimensional e o diálogo dos antagonismos que organizam e são organizados pelas percepções multidimensionais de realidade amazônica, possa ajudar rever as soluções mágicas contidas nas orientações programáticas dos instrumentos de planejamento e nas regulamentações normativas. A aposta é que, mais conscientes da presença nunca eliminável dos mitos que representados na floresta amazônica e nos grupos sociais que nela habitam, pesquisadores, planejadores, analistas e avaliadores da sustentabilidade da floresta, possam estar mais aptos a responder aos imensos desafios colocados pela realidade da região, sem se deixarem aprisionar pelos próprios mitos nas previsões, análises e conclusões. A aposta é que, conscientes da interferência decisiva da incerteza, na formulação das estratégias e nos resultados esperados pelas políticas levadas a efeito em nome da sustentabilidade da floresta, possa-se refletir e assumir posicionamentos menos deterministas na formulação dos problemas e na apresentação de soluções. A aposta é que a compreensão complexa do repertório de bloqueios que obstaculizam os propósitos da sustentabilidade da floresta, possibilite ultrapassar as barreiras do ceticismo e do dogmatismo pelos quais são pensados os profundos abismos entre os discursos retóricos e as práticas e isso possa capacitar respostas mais eficazes, que estão na origem dos propósitos. A aposta, enfim, é que os desafios da sustentabilidade da floresta possam emancipar os raciocínios em direção à aquisição de uma racionalidade transdisciplinar e probabilística, que ajude a transpor as resistentes barreiras das explicações dicotômicas excludentes.

Referências bibliográficas

- ARAGÖN, Luis (org) 1991, *A desordem ecológica na Amazônia*. Belém: Editora Universitária UFPA.
- BAREL, Yves, 1989, *Le paradoxe et le système*. Grenoble, France: Presses Universitaires de Grenoble.

BECKER, Berta, 1994, Estado, Nação e região no final do século XX in Maria Angela D’Incao et al. (org.) *Amazônia e a crise da modernização*. Belém, PA: Museu Paraense Emílio Goeldi.

BECKER, Berta, MIRANDA Mariana (org.), 1997, *A Geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

BECKER, Berta et al., 1990, *Fronteira Amazônica- questões sobre a gestão do território*. Brasília: Editora da UnB; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

BENCHIMOL, Samuel, 1977, *Um pouco-antes e além-depois*. Umberto Carderaro- Coleção Amazoniana nº 1, Manaus.

CAMPBELL, Joseph, 1990, *O poder do mito*. São Paulo: Palas Athena.

CASTRO Edna, PINTON Florence, 1997, *faces do Trópico Úmido – conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: UFPA/NAEA

COICAD, Jean-Marc, 1997, *Légitimité et politique: contribution a l'étude du droit et de la responsabilité politique*. Paris: PUF

CROZIER, Michel, 1994, *La société bloquée*. Paris: Seuil. Troisième édition augmentée

CROZIER, Michel, 1979, *On ne change pas la société par décret*. Paris: Editions Grasset & Fasquelle.

CROZIER, Michel, FIEDBERG, Erhard, 1977, *L'acteur et le système*. Paris: Editions du Seuil.

DEAN, Warren, 1989, *A luta pela borracha no Brasil*. São Paulo: Nobel.

DIEGUES, Antonio Carlos, 1996, *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec.

DOUROJEANNI, Marc, 1997, *Antigos e novos efeitos do desenvolvimento sustentável na Amazonia, há esperanças para o desenvolvimento sustentável?* Conferência Internacional Amazônia 21. Brasília, DF, 23 a 26 de novembro (mimeo).

DROULERS, Martine, 1995, *L'Amazonie*. Paris: Éditions Nathan.

DUPUIS, Xavier, 1991, *Culture et Développement: de la reconnaissance à l'évaluation*. Paris: UNESCO

DUPUY, Jean Pierre, 1992, *Introduction aux sciences sociales- logique des phénomènes collectifs*. Paris: Edition Marketing

ELIAS, Norbert, 1994, *O processo civilizador*, vols. I e II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

GONDIM, Neide, 1994, *A Invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero.

HANAN, Samuel, BATALHA, Bem Hur ,1995, *Amazônia, contradições no paraíso ecológico*. São Paulo: Cultura Editores Associados

HARRISON Robert, 1992, *Forêts- essai sur l'imaginaire occidental*. Paris: Flammarion

KLIKSBERG, Bernardo (coop.), 1993, *Pobreza, un tema impostergable - nuevas respuestas a nivel mundial*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica.

LASCOUTES, Pierre, 1994, *L'éco-pouvoir- environnements et politiques* Paris: Éditions la Découverte.

LATOUCHE, Serge, s/d. De la signification éthique du développement, une réflexion philosophique sur le processus économique In *Bulletin du MAUSS- Mouvement Anti-utilitariste dans les Sciences Sociales*, N.º 24, dezembro de 1987.

LIPIETZ, Alain, s/d, L'Amazonie, mythe français. In *Esprit*. Paris:

LOUREIRO, João de Jesus P, 1995, *Cultura amazônica: uma poética do imaginário*. Belém: Cejup.

LUHMANN, Niklas, 1993, La société face à l'environnement: une intégration possible? In Dominique Bourg (dir.), *La nature en politique ou l'enjeu philosophique de l'écologie*. Paris: L'Harmattan

MACPHERSON, Crawford B., 1988. Le démocratie de participation In *Bulletin du MAUSS*, março.

MCCORNICK, John, 1992, *Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

MENDES, Armando Dias, 1997, *A invenção da Amazônia*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas.

MMA, 1995, *Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal*. Brasília: MMA

MONCLAIRE, Stéphane, 1993, Entre l'insatisfaction multiforme et le persistance des périphéries: l'illégitimité de l'état au Brésil. In *Cahiers des Amériques Latines*. Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine. Paris: Université de la Sorbonne-Nouvelle, Paris III.

MONTALEMBERT, Marc-René, SCHMITHÜSEN, Franz, 1993/4, Aspects politiques et juridiques de l'aménagement durable des forêts In *Unasylva - Revue Internationale des Forêts et des Industries Forestière*. FAO- Organization des Nations Unies pour l'Alimentation et l'Agriculture, n° 175/ vol 44.

MORIN, Edgar, 1992, *El Metodo 4- Las ideas*, Madrid, editorial Catedra.

MORIN Edgar, NAÏR Samir, 1997, *Une politique de civilisation*. Paris : Árléa.

MORIN, Edgar et al, 1991, *Un Nouveau Commencement*. Paris: Seuil.

MOSCOVICI, Serge, 1994, *La société contre nature*. Paris: éditions su Seuil

MOSCOVICI, Serge et al., 1978, *Pourquoi les écologistes font-ils de la politique?* Paris: Editions du Seuil.

ORTIZ, Renato, 1996, Anotações sobre a mundialização e a questão nacional In *Sociedade e Estado*. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Volume XI, n.º1, janeiro-junho.

OSMONT, Annik, 1997, L'état efficace selon la Banque Mondiale. In *Écodecision-Rio, cinq ans plus tard*. Primavera, número especial.

OST, François, 1995, *La nature hors la loi- l'écologie à l'épreuve du droit*. Paris, Éditions La Découverte.

PASSET, René, 1995, La dette de l'économiste In *Transversales*, julho-agosto N.º 34.

PENA-VEGA, Alfredo, 1994, *Meta-desenvolvimento, auto-organização et incertitude: vers une pensée écológica*. Paris: mimeo.

PINTON Florence, 1994, Amazonie: de la collecte prédatrice à la gestion concertée In *Ecodecision - environnement et politiques*. N.º 13, julho.

PRESTRE, Philippe G, 1995, "Environmental Learning at World Bank" in Robert V. Bartlett et alli (ed.) *International Organizations and Environmental Policy*. Westport Connecticut /London: Greenwood Press.

RIBEIRO, Gustavo Lins, 1991, *Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova ideologia/utopia do desenvolvimento*. In *Revista Brasileira de Antropologia*. São Paulo: USP, n° 34, 59-101.

RIBEIRO, Gustavo Lins, 1994, "Uma introdução para pensar o Setor Ambiental", prefácio a ROS FILHO, Luis Carlos *Financiamentos para o Meio Ambiente*. Brasília, DF : Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais -IEA.

SACHS, Ignacy, 1989, Que pouvons nous faire pour enrayer la destruction des forêts tropicales? *Intervention préparé pour l'audition publique sur la Destruction des Forêts*

Tropicales, organisée par la Commission de l'Agriculture de l'Assemblée Parlementaire du Conseil de l'Europe. Causane, mai.

SACHS, Ignacy, 1992, Qual desenvolvimento para o século XXI? *In Terra Patrimônio*

SCHNITMAN, Dora (org), 1994, *Nuevos Paradigmas, Cultura y Subjetividad*. Buenos Aires, Barcelona, México: Paidós

SILVA, Solange, 1996, *Política de meio ambiente no Brasil no início dos anos 90 a construção da cidadania ambiental*. São Paulo: USP / FFLCH, tese de mestrado (mimeo).

SCHNEIDER, Robert R, 1995, *Government and the Economy on the Amazon Frontier*. World Bank environment paper nº11. Washington, D.C.: The World Bank.

STONE, Roger, 1986, *Sonhos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara

TCA- Tratado de Cooperação Amazônia / POEMA- Pobreza e Meio Ambiente, 1996, *Desenvolvimento e Conservação na Amazônia Brasileira: Inventário e Análise de Projetos*. Peru, Lima.

UNESCO, 1991, *The disappearing Tropical Forest*.

UNESCO, 1994a, *La dimension culturelle du développement- vers une approche pratique*. Paris: Éditions UNESCO.

UNESCO, 1994b, Et le développement? *Symposium de réflexion internationale*, Paris, 18-19 junho (microfilme).

VALIER, Jacques, s/d., *Banque Mondiale 1995- 1996: du nouveau sur les politiques sociales?* mimeo.

Anexo 1